

Governamentalidade Neoliberal e Catástrofe das Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul

Gubernamentalidad Neoliberal y la Catástrofe de las Inundaciones de 2024
en Rio Grande do Sul

Gubernamentalidad Neoliberal y la Catástrofe de las Inundaciones de 2024 en Rio Grande do Sul

Dan Pinheiro Montenegro

Neuza Maria de Fátima Guareschi

Luis Henrique Silva Souza

Oriana Holsbach Hadler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

Neste artigo, problematizamos como a racionalidade de governo, que denominamos governamentalidade neoliberal, ajudou a moldar o contexto e as respostas à emergência socioclimática e humanitária provocada pelas inundações de 2024 no Rio Grande do Sul. Através da análise de ações governamentais e do debate sobre a priorização da eficiência econômica e da responsabilização individual, discutimos a produção neoliberal da cidade e seus efeitos na vulnerabilização das populações afetadas. Nesse sentido, destacamos o papel dos movimentos sociais na resistência a essa lógica, como no caso do Quilombo Areal da Baronesa e dos moradores da Rua Alberto Torres, que exemplificam a luta pelo direito à cidade. O confronto à gestão neoliberal do sofrimento, à negligência estatal e à mercantilização de serviços essenciais pela organização comunitária e pela reivindicação do direito à cidade emergem como formas de resistência necessárias à reinvenção do espaço urbano diante das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Enchentes, governamentalidade neoliberal, Rio Grande do Sul.

Abstract

In this article, we examine how the governmental rationality, which we call neoliberal governmentality, helped shape the context and responses to the climatic and humanitarian emergency caused by the 2024 floods in Rio Grande do Sul. Through the analysis of government actions and the debate on the prioritization of economic efficiency and individual accountability, we discuss the neoliberal production of the city and its effects on the vulnerability of affected populations. In this sense, we highlight the role of social movements

in resisting this logic, as in the case of Quilombo Areal da Baronesa and the residents of Rua Alberto Torres, which exemplify the struggle for the right to the city. The confrontation with the neoliberal management of suffering, state negligence and the commodification of essential services by community organization and the claim of the right to the city emerge as necessary forms of resistance to the reinvention of urban space in the face of climate change.

Keywords: Floods, neoliberal governmentality, Rio Grande do Sul.

Resumen

En este artículo, examinamos cómo la racionalidad gubernamental, que denominamos gubernamentalidad neoliberal, ayudó a moldear el contexto y las respuestas a la emergencia climática y humanitaria causada por las inundaciones de 2024 en Rio Grande do Sul. A través del análisis de acciones gubernamentales y el debate sobre la priorización de la eficiencia económica y la responsabilidad individual, discutimos la producción neoliberal de la ciudad y sus efectos en la vulnerabilidad de las poblaciones afectadas. En este sentido, destacamos el papel de los movimientos sociales en la resistencia a esta lógica, como en el caso del Quilombo Areal da Baronesa y los residentes de la Rua Alberto Torres, que ejemplifican la lucha por el derecho a la ciudad. La confrontación con la gestión neoliberal del sufrimiento, la negligencia estatal y la mercantilización de servicios esenciales por la organización comunitaria y la reivindicación del derecho a la ciudad emergen como formas de resistencia necesarias para la reinvención del espacio urbano frente al cambio climático.

Palabras clave: Inundaciones, gubernamentalidad neoliberal, Rio Grande do Sul.

Introdução

Este artigo, assim como o próprio dossiê no qual está inserido, surge das problematizações suscitadas pela gestão da catástrofe das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. Estávamos realizando uma disciplina sobre neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico, para alunos de graduação e pós-graduação em Psicologia, quando o desastre de maior magnitude na história recente da região irrompeu no primeiro semestre de 2024.

Cidades e municípios ao longo de rios e áreas de baixa altitude sofreram os maiores

danos. A capital Porto Alegre, onde ocorria a nossa disciplina presencialmente, assim como cidades vizinhas, foi especialmente impactada, com ruas alagadas e infraestrutura danificada.

As enchentes causaram a evacuação de milhares de pessoas, destruição de residências e interrupção de serviços essenciais. A agricultura foi severamente afetada, com perdas significativas na produção de grãos e na

criação de animais. Mais de 180 pessoas morreram nas inundações. Não há dados oficiais para animais domésticos, mas muitos também morreram afogados. Após seis meses da enchente, mais de 1,7 mil pessoas ainda viviam em abrigos no Rio Grande do Sul (Zanchettin, 2024).

Assim como as demais atividades da universidade, a disciplina foi suspensa, mas, em seu retorno, era impossível não falar das enchentes. Em níveis muito diferentes, todos nós havíamos experimentado algum impacto do desastre. Alguns de nós, incluindo o primeiro autor deste artigo, tiveram suas calçadas banhadas pela água barrenta do Guaíba. Rapidamente, as discussões sobre a gestão neoliberal se tornaram também discussões sobre a gestão neoliberal das enchentes; sobre o que o neoliberalismo tinha a ver com essa realidade que estava sendo vivida.

Para dar corpo a essas reflexões, decidimos construir um dossiê no qual se discutisse, a partir de uma perspectiva crítica ao neoliberalismo, os impactos psicossociais das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. Especificamente neste artigo, analisamos como a governamentalidade neoliberal influenciou o contexto e as respostas à crise climática e humanitária das enchentes de 2024 no

Rio Grande do Sul. Através da análise de ações governamentais divulgadas na mídia, com foco em Porto Alegre, discutimos os impactos da priorização da eficiência econômica e da responsabilização individual em detrimento do bem-estar coletivo. Além disso, destacamos o papel dos movimentos sociais no enfrentamento da produção neoliberal da cidade, condição essencial para a reinvenção do espaço urbano diante das mudanças climáticas e catástrofes socioambientais.

A Cidade Neoliberal

Pouco mais de um mês antes de submergir nas águas barrentas das enchentes de 2024, o Cais do Porto de Porto Alegre sediou o famoso evento de empreendedorismo e inovação conhecido como South Summit Brazil. O evento ocorreu em uma estreita faixa de terra entre as margens do Guaíba e o muro de proteção contra enchentes na Avenida Mauá, atualmente sob concessão para a iniciativa privada no empreendimento chamado Cais Embarcadero. Finalizada no início dos anos 1970, a estrutura conhecida como Muro da Mauá tem sido alvo de constantes polêmicas nas últimas décadas, pois, de acordo com seus opositores,

representa um entrave à exploração econômica da região.

Não faltam projetos para derrubar o muro, atravessando diferentes administrações municipais, sempre com a justificativa de que o muro bloqueia a visão da Orla do Guaíba, inviabilizando atividades econômicas e turísticas. De acordo com Fonseca (2021), a vontade política de derrubar o muro para explorar a região é tão grande que, em 2019, o prefeito da época chegou a declarar que gostaria de pilotar o trator que o demolisse. O muro, com 2,6 quilômetros de extensão e três metros de altura, representa apenas 4% de um sistema de proteção composto por diques e casas de bombas de drenagem. No entanto, as falhas em suas comportas foram decisivas para inundar bairros densamente povoados na região central da cidade durante a catástrofe de 2024 (Fonseca, 2021).

Pouco antes das inundações, em fevereiro de 2024, a área que compreende uma extensão de três quilômetros foi leiloada na bolsa de valores para concessão à iniciativa privada por um período de trinta anos. Além da exploração econômica da área, a concessão prevê a incorporação imobiliária do imóvel das docas como contrapartida do Estado. O Muro da Mauá é um exemplo emblemático

das transformações que a governança estatal vem sofrendo em Porto Alegre nas últimas décadas, com destaque para modelos de gestão focados em parcerias público-privadas (PPP), privatizações e terceirizações (Silveira, 2023). Com as inundações, as polêmicas sobre o muro ganharam ainda mais tração, pois as falhas em sua estrutura evidenciaram um longo processo de sucateamento do sistema de proteção contra enchentes.

As imagens da água vazando pelas comportas do Muro da Mauá, que dominaram o noticiário nacional ao longo da primeira metade de maio, seguidas pelo rompimento de diques e pelo desligamento das casas de bomba para drenagem da água em toda a cidade, deixaram muitas perguntas sobre as condições que levaram ao colapso total do sistema anticheias. Jornalistas e pesquisadores têm sido enfáticos em demonstrar que a maior parte das investigações sobre o ocorrido, mesmo considerando a atipicidade do evento climático, apontam sempre para a falta de manutenção do sistema de proteção como uma condição necessária para seu colapso nas enchentes de 2024 (Vick, 2024).

Alguns meses antes da catástrofe mais recente, em setembro de 2023, o Rio Grande do Sul já havia enfrentado enchentes preocupantes, nas quais 53

peessoas morreram após a passagem de um ciclone extratropical. Apesar desse episódio ter evidenciado a necessidade de ações mais efetivas em políticas públicas, não houve qualquer avanço significativo no preparo para futuros desastres. Em vez disso, o que se viu foi uma gestão das enchentes marcada por abordagens reativas, em detrimento de ações preventivas. No lugar de investir em sistemas de alerta precoce e em infraestrutura resistente, a resposta foi muitas vezes limitada a medidas emergenciais que não abordaram as causas estruturais dos desastres.

Em Porto Alegre, o investimento destinado ao item “Melhoria no sistema contra cheias” no orçamento municipal caiu para R\$ 0 (zero) em 2023, após dois anos de reduções consecutivas (Pereira, 2024). Em 2024, as comportas, que já haviam mostrado sinais de desgaste em setembro de 2023, falharam novamente, incapazes de conter a força das águas que inundaram grande parte do centro histórico, uma área construída sobre solo aterrado.

Segundo reportagem de Egídio (2024), diante das consequências catastróficas das enchentes, o governo municipal tem reavivado a proposta de transferir a administração do

Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), que gerencia o sistema anticheias, para a iniciativa privada. Conforme observado por Winckler e Medina (2024), trata-se de uma fórmula antiga: sucatear a estrutura pública, tornando-a ineficiente para legitimar a sua privatização perante a opinião pública.

O projeto de transferir a gestão do sistema anticheias para o setor privado não é um fato isolado, mas faz parte de um cenário social e histórico global de colonização da governança pública por receituários neoliberais. De acordo com Neto (2022), por exemplo, atualmente cerca de 86% dos equipamentos municipais de saúde em Porto Alegre são geridos por instituições privadas em um regime contratual de PPP.

Essa redução do Estado, entretanto, é apenas uma das faces daquilo que, a partir de Michel Foucault (2008), podemos denominar como uma governamentalidade neoliberal. Ao desenvolver uma genealogia do neoliberalismo enquanto racionalidade de gestão da vida, ele descreveu uma forma específica de governança que tem como cerne a ideia de que a regulação da economia e da sociedade deve ser feita pelas leis de mercado. Isso tem se traduzido em políticas que promovem a privatização,

desregulamentação e responsabilização individual frequentemente à custa do meio ambiente e aprofundamento das iniquidades sociais.

A noção de governamentalidade neoliberal, desenvolvida por Foucault e ampliada por outros teóricos como Rose e Miller (2012), refere-se a uma forma particular de governo que, ao enfatizar a autonomia do mercado e a responsabilidade individual, altera significativamente a relação entre o Estado e os indivíduos. Em vez de sujeitos de direitos perante um Estado que deve garanti-los, os indivíduos são incentivados a se verem como empreendedores de si mesmos, responsáveis por seu próprio sucesso e bem-estar. O Estado reduz seu papel direto na vida das pessoas, transferindo a responsabilidade para os indivíduos em sua relação com o mercado.

As políticas neoliberais, que minimizam a intervenção estatal na regulação ambiental, priorizando interesses econômicos sobre a proteção ambiental, têm exacerbado a frequência e a intensidade dos eventos climáticos extremos, como as enchentes de 2024. Durante as enchentes, por exemplo, entidades de proteção do meio ambiente, ambientalistas e a imprensa apontaram para o desmonte das leis ambientais do

estado nos últimos anos, impulsionado, sobretudo, por interesses econômicos que priorizam a expansão agrícola e a extração de madeira sobre a preservação ambiental.

Em 2019, o governo estadual alterou quase quinhentos artigos do Código Ambiental gaúcho com a justificativa de promover o desenvolvimento socioeconômico (Neves, 2024). Um dos pontos mais polêmicos da reforma, observa Neves (2024), foi a criação do autolicenciamento em que não há análise prévia do projeto por nenhum técnico. Autolicenciamento, então, quer dizer autorregulação. O caso gaúcho vem demonstrando como a governamentalidade neoliberal, com sua ênfase na autonomia do mercado e na redução da intervenção estatal, pode levar a práticas que comprometem a sustentabilidade ambiental.

Quando priorizamos a eficiência econômica e a liberdade de mercado em detrimento da proteção ambiental, os desastres ambientais se tornam rotina, um risco intrínseco ao empresariamento da sociedade que temos experimentado. Nesse cenário, em que a racionalidade neoliberal transforma a cidade em um grande canteiro de empreendimentos, regulamentações e proteções socioambientais passam a ser vistas como

obstáculos à exploração econômica da vida em sua totalidade.

A cidade atravessada pela racionalidade neoliberal, onde o acesso a toda infraestrutura e demais formas de suporte da existência humana se encontra distribuído em função do poder de compra dos indivíduos, torna-se muito mais frágil para resistir e responder às emergências sociais, políticas e sanitárias. Da pandemia às enchentes, fica cada vez mais evidente o impacto da corrosão sistêmica das políticas públicas por receituários neoliberais de austeridade fiscal, especialmente em países marcados pela exploração colonial, como o Brasil.

As políticas neoliberais priorizam o crescimento econômico imediato e a eficiência de mercado sobre a sustentabilidade e a resiliência a longo prazo. No caso das enchentes, a priorização de projetos de desenvolvimento econômico e a falta de investimentos em infraestrutura resiliente contribuíram para a inadequação das medidas de prevenção e mitigação de desastres. Os investimentos que geram retorno econômico rápido e de grande interesse para o setor privado disputam recursos com áreas críticas, como a construção e manutenção de sistemas de

drenagem e a proteção de áreas vulneráveis.

Os diferentes desastres e emergências que vêm se tornando rotina no antropoceno encontram cidades incapazes de resolver problemas coletivos, pois a racionalidade individualizante do neoliberalismo promove a negação ontológica da sociedade e da política enquanto espaços de debate e construção do comum (Brown, 2019). Conforme observam Montenegro, Guareschi e Reis (2025), a racionalidade neoliberal, ao estender o raciocínio econômico a todas as dimensões da vida, promove a erosão da sociedade como espaço do comum, substituindo a política pela economia como instância decisória e de veridicção.

Governar Através do Sofrimento

O neoliberalismo frequentemente acentua desigualdades sociais e econômicas, concentrando recursos e oportunidades em grupos historicamente privilegiados enquanto aprofunda a exclusão historicamente experimentada por populações marginalizadas. Para Brown (2019), a lógica neoliberal desmantela o social enquanto espaço de combate às opressões, impondo uma regulação mercantil que as perpetua. A

negação da sociedade, segundo a autora, serve para invisibilizar injustiças históricas como as legadas pela escravidão, colonialismo e patriarcado.

No Rio Grande do Sul, as comunidades mais vulneráveis a desastres climáticos estão frequentemente localizadas em áreas com baixos indicadores sociais e econômicos, e foram essas as mais afetadas pelas enchentes de 2024. A falta de políticas públicas inclusivas e de proteção social amplifica os efeitos das emergências e desastres sobre essas populações, que frequentemente residem em áreas mais suscetíveis a inundações e têm menos recursos para se proteger e se recuperar.

Em Porto Alegre, uma das áreas mais atingidas foi a região das ilhas. Composto por mais de dez ilhas, o bairro Arquipélago comporta as ilhas do Pavão, da Pintada, dos Marinheiros e das Flores — as mais atingidas pelas inundações (Girardi, 2024). Nacionalmente conhecida pelo documentário “Ilha das Flores”, que retrata de forma exacerbada os efeitos da desigualdade no país, a região sofre uma negligência histórica quando se trata de investimentos públicos e infraestrutura urbana (Redel, 2024). Uma reportagem de Girardi (2024) mostrou que, meses após a

catástrofe, a região ainda se encontrava tomada por dunas de areia trazidas pela enxurrada, móveis estragados na frente das casas e uma forte sensação de incerteza entre os moradores.

Severamente atingidos pelas inundações, os moradores enfrentaram também a demora para receber auxílios do poder público e a ausência de planos para lidar com esse tipo de fenômeno, que tende a se repetir com maior frequência no futuro de um mundo acossado pela emergência climática (Girardi, 2024). Dada a sua magnitude, alguém poderia argumentar que as enchentes de 2024 provam que a emergência climática atinge a todos, a despeito de recortes como os de classe, gênero e raça. O caso das ilhas, entretanto, que sofrem há anos com recorrentes inundações, demonstra como algumas comunidades e populações são desproporcionalmente afetadas por políticas, práticas ou condições ambientais prejudiciais, decorrentes de um modo de produção que gera riqueza para poucos e desastres para muitos.

Conforme apontado por Fernandes e Gasperin (2024), a população das ilhas é significativamente composta por catadores de material reciclável e pescadores — trabalhos com considerável precarização e exposição ao risco ambiental —, de modo

que a ausência de serviços básicos como coleta de lixo e saneamento básico intensifica a tragédia, com impactos que ultrapassam a chuva em si. A demora em oferecer uma resposta às demandas das populações das ilhas, quando regiões centrais passaram por uma recuperação mais rápida, reflete a desigualdade na reconstrução da infraestrutura local, o que tende a perpetuar a vulnerabilidade dessas comunidades a futuros desastres.

O caso das ilhas chama atenção não apenas para a trama da suscetibilidade ao desastre, mas também para a disparidade no manejo de seus danos uma vez que ele ocorre. Além de estruturas de proteção social e ambiental fragilizadas, que tendem a potencializar os danos, os desastres encontram na cidade neoliberal uma governança pública incapaz de oferecer um suporte suficientemente adequado para as vítimas. Considerando que, de acordo com Fiori (1997), no paradigma neoliberal as políticas públicas tributárias do Estado Social têm caráter meramente residual, marcadas por voluntarismos, privatizações, desregulamentações e filantropismo, dificilmente há espaço para produção de políticas públicas sólidas e permanentes de gestão dos riscos e

assistência aos atingidos por emergências e desastres.

Quando essas estruturas e políticas existem, a exemplo do sistema de proteção anticieias, elas frequentemente entram em conflito com a racionalidade neoliberal que tem colonizado a administração pública. Nessa perspectiva, caberia ao Estado uma estrutura adequada ao pleno vigor das leis de mercado, ou seja, garantir a proteção do dinheiro em detrimento de qualquer proteção social. Dessa forma, o neoliberalismo atua tanto no desenho das contingências nas quais se dão os desastres e emergências quanto na construção das formas como a sociedade lida com os problemas derivados desses eventos, que costumam ser, sobretudo, humanitários. Conforme sinalizamos em outro artigo a respeito da pandemia de covid-19 (Montenegro & Guareschi, 2024), a lógica de proteger a economia em detrimento da vida tem se tornado tão dominante que, durante as enchentes de 2024, no Rio Grande do Sul, viralizou na internet uma fala do então governador do estado criticando o impacto das doações na economia local (Gelani, 2024).

De acordo com Gelani (2024), em seu pronunciamento, o governador dava a entender que o grande volume de doações

vindas de outras regiões do país poderia prejudicar o comércio local. Houve críticas à declaração do governador tanto nas redes sociais quanto nas mídias tradicionais. Moradores das regiões afetadas rapidamente apontaram para o fato de que tanto o comércio local quanto o poder de compra da população atingida foram severamente comprometidos, fazendo com que as doações fossem uma questão de sobrevivência. Em muitas localidades devastadas pelas enchentes, já não havia mais recursos para consumir, tampouco o que comprar. A declaração do governador, entretanto, aponta para as relações de solidariedade e interdependência como um impensado, um interdito, na racionalidade neoliberal que impõe como dogma um raciocínio economicista. Condenar as doações porque elas podem comprometer o consumo e o lucro é um exemplo de como as leis de mercado são levadas às últimas consequências mesmo diante da completa destruição da vida.

O neoliberalismo enfatiza o livre mercado e interpreta como distorções de engenharia social quaisquer iniciativas voltadas à mitigação das desigualdades decorrentes da organização das relações sociais segundo a lógica do empreendedorismo e da concorrência (Brown, 2019). Sob essa lógica, a

preocupação do governador reflete uma prioridade em manter a atividade comercial privada, mesmo em situações de emergência humanitária. Nossa crítica reside no fato de que essa visão coloca os interesses do mercado acima das necessidades imediatas das pessoas afetadas pela tragédia, priorizando a economia em vez do bem-estar coletivo. As doações, essenciais para aliviar o sofrimento imediato, foram interpretadas como ameaças à dinâmica econômica, expondo um conflito típico do neoliberalismo entre assistência direta e proteção do mercado.

Esse conflito expõe a desigualdade e a exploração da vulnerabilidade enquanto matérias-primas da governança neoliberal. Para Foucault (2008), o neoliberalismo não se limita a uma doutrina econômica, mas constitui uma forma de governamentalidade que molda ativamente a nossa subjetividade. Através de tecnologias de poder, como a avaliação de desempenho e a responsabilização individual, o neoliberalismo incentiva a produção de um sujeito que se vê como um empreendedor de si mesmo, constantemente buscando otimizar seu “capital humano”.

Essa lógica individualista permeia todas as esferas da vida, desde o trabalho

até as relações pessoais, transformando os indivíduos em empresas que competem entre si no mercado. Nesse sentido, a desigualdade se torna condição necessária para a concorrência desesperada por recursos cada vez mais escassos. O neoliberalismo, portanto, constrói modos de vida em que o sofrimento proporcionado pela desigualdade é inerente. Desse modo, intervenções nas iniquidades derivadas das relações de mercado, como assistência e proteção social, em última análise as próprias doações, são encaradas como ameaças à ordem neoliberal.

O neoliberalismo, ao prescindir da vida coletiva como fundamento da política, substituindo-a pela economia, instaura um regime de governança que depende da exploração do sofrimento para se perpetuar. A precarização do trabalho, a insegurança econômica e a constante exposição aos riscos da vida no capitalismo tardio têm gerado um estado de ansiedade e angústia generalizado. Esse sofrimento não é um efeito colateral indesejado, mas sim um mecanismo central do poder neoliberal.

O sofrimento, no contexto das enchentes, não se limita à perda material e emocional, mas se estende à angústia de lidar com a burocracia para acessar

auxílios, à insegurança de reconstruir a vida em áreas de risco e à sensação de abandono por parte do Estado. A gestão desse sofrimento, através de discursos de resiliência, permite à governança neoliberal manter a ordem social, transformando a dor individual em força produtiva, enquanto as causas estruturais da tragédia permanecem intocadas. O neoliberalismo governa através do sofrimento.

Água na Calçada, Fogo no Asfalto

“Estamos aqui lutando. Barro tem bastante, mas seguimos limpando, inclusive aceitamos doações de materiais de limpeza. Não podemos ficar parados. Seguimos na resistência” - Alexandre Ribeiro, presidente da Associação Comunitária Quilombo Areal da Baronesa.

Quando a água começou a recuar na região central de Porto Alegre, especialmente em bairros mais afetados pelas inundações, como Centro Histórico e Cidade Baixa, uma lama espessa recobria as calçadas. Lixo e peixes mortos, trazidos pelas enxurradas, produziam um odor fétido intolerável (Bifano, 2024). Nas ruas da Cidade Baixa, as calçadas dividiam a passagem com montanhas de móveis e eletrodomésticos destruídos pela água. No

Quilombo Areal, comunidade situada no mesmo bairro, cerca de 85 famílias foram diretamente atingidas. Ali, além das casas atingidas, documentos históricos e equipamentos de uso comunitário ficaram submersos. Conhecida como berço do carnaval em Porto Alegre, a comunidade é um histórico reduto negro e fica localizada em uma rua sem saída entre dois dos bairros mais afetados pelas inundações, Cidade Baixa e Menino Deus (Ely, 2024). Embora hoje localizado em rua sem saída, o Areal nem sempre foi assim, pois esse cerceamento do território é contíguo a um processo de intensa especulação imobiliária e gentrificação nos anos 1960, com a implementação do programa de urbanização e higienização social chamado “Remover para Promover” (Aguiar & Reinholz, 2022).

Nas palavras de Fabiane Xavier, uma das coordenadoras da associação comunitária do Areal, esse processo ocorreu mais ou menos assim:

Com a desculpa de urbanizar essa área central aqui da cidade, também de branquear, que é um reduto negro, a Prefeitura de Porto Alegre começa a remover uma a uma, essas avenidas do entorno, e de comunidades vizinhas também, como a Ilhota, que talvez seja a remoção mais traumática. As

pessoas anoiteceram ali e não amanheceram. (Aguiar & Reinholz, 2022, n. p.).

No caso da Ilhota e de outras remoções, as pessoas foram realocadas em regiões periféricas de Porto Alegre, principalmente em bairros como Lomba do Pinheiro e Restinga. Desse modo, a comunidade que hoje conhecemos como Quilombo do Areal da Baronesa, nome que carrega tanto marcas de ancestralidade quanto de colonialidade, tem resistido por décadas às pressões da financeirização do espaço urbano, traduzidas em gentrificação, especulação imobiliária e segregação social.

O caso do Areal nos ajuda a pensar as formas de resistência ao projeto de neoliberalização da vida e da cidade. Como resposta aos danos causados pelas inundações, vimos, tanto no Areal quanto no restante do bairro Cidade Baixa, a organização de mutirões de limpeza para remover a lama das casas e das calçadas. A resistência, nesse sentido, não se limita a confrontar políticas específicas, mas busca transformar subjetividades, desafiando a lógica individualista e competitiva do neoliberalismo, numa produção do comum.

Ao construir contrapoderes locais, criticar discursos dominantes e mobilizar ações coletivas, as formas de resistência abrem caminho para a prática do comum. O comum, para Krenak (2021), é justamente aquilo que a razão neoliberal visa aniquilar quando procede ao extermínio de comunidades cuja existência representa um obstáculo à metástase do capitalismo que tem devorado o planeta. Nesse sentido, a valorização das práticas tradicionais e dos saberes ancestrais, em comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, fortalece identidades divergentes da homogeneização neoliberal. Esses mesmos saberes dão notícia de outras formas de relação com o ambiente, em contraposição à lógica exploratória e destrutiva que tem caracterizado a produção ocidentalizada da vida (Krenak, 2021).

Ao invadir o Areal, a enxurrada danificou instrumentos musicais, documentos de memória coletiva e materiais de projetos sociais da comunidade, revelando vestígios de uma prática coletiva que desafia a lógica de extermínio de determinadas populações e comunidades (Ely, 2024). Como resposta aos danos da enchente, a comunidade, assim como outras ruas da Cidade Baixa, iniciou uma série de mutirões de limpeza

para remover a lama das casas e das calçadas.

Além das ações coletivas de autogestão e organização comunitária, que desafiam a máxima neoliberal verbalizada por Margaret Thatcher de que “a sociedade não existe, apenas indivíduos”, os horrores da enchente também suscitaram revoltas coletivas. Em maio de 2024, na mesma Cidade Baixa, moradores de uma das ruas que ainda preserva a arquitetura de pequenos conjuntos residenciais da década de 1960 atearam fogo em entulhos na avenida mais próxima, como forma de protesto pela interrupção do fornecimento de energia elétrica na região.

Após sete dias sem energia elétrica, moradores da Rua Alberto Torres protestaram contra a persistente falta de luz, que contrastava com o restabelecimento da energia em áreas vizinhas. Em cartazes, os manifestantes expressaram preocupações com a situação de idosos que dependiam da eletricidade para a conservação de medicamentos (Possamai, 2024). A manifestação e os problemas no fornecimento de energia decorrentes da enchente ocorreram quando boa parte da população ainda digeriria a controversa privatização da companhia gaúcha de eletricidade, CEEE, marcada

por judicialização e pouco diálogo com a sociedade (Barreto, 2024).

As situações no Quilombo Areal da Baronesa e na Rua Alberto Torres demonstram formas cruciais de resistência à lógica de uma cidade neoliberal. No Areal, a resposta comunitária às enchentes, com a organização de mutirões e a preservação de documentos históricos, representa um desafio direto à individualização neoliberal. A comunidade reafirma valores de solidariedade e memória coletiva, construindo um contrapoder local que se opõe à lógica de exclusão e gentrificação.

Já na Rua Alberto Torres, a revolta dos moradores contra a falta de energia elétrica expõe a fragilidade da promessa neoliberal de eficiência através da privatização. Ao atear fogo em entulhos, os manifestantes expressam não apenas indignação, mas também a recusa em aceitar a negligência como consequência inevitável do modelo neoliberal. Suas ações coletivas desafiam a sujeição imposta pela racionalidade neoliberal, reivindicando o direito à cidade. Ambos os casos ilustram como a resistência pode emergir tanto da aposta em práticas comunitárias quanto da mobilização direta contra os efeitos da governamentalidade neoliberal, abrindo

caminho para a construção de cidades de uso coletivo, de mobilidades antifundiárias e antineocolonialistas (Nascimento, 1980).

Considerações Finais

O caso de Porto Alegre, marcado pela recente catástrofe das enchentes de 2024, revela a intrínseca relação entre a governamentalidade neoliberal e a produção de vulnerabilidades. A priorização de interesses econômicos em detrimento da proteção ambiental, a privatização de serviços essenciais e a negligência na manutenção de infraestruturas críticas expõem a face cruel de um sistema que transforma a cidade em um espaço de exploração e sujeição. A lógica do mercado, ao invadir todas as esferas da vida, desde os contornos do perímetro urbano até a gestão de desastres, aprofunda as desigualdades e fragiliza a capacidade de resposta a crises, evidenciando a necessidade urgente de repensar o modelo das cidades em que estamos vivendo.

A governamentalidade neoliberal, ao produzir subjetividades e relações sociais, constrói um cenário em que o sofrimento se torna um mecanismo de controle. A responsabilização individual, a

precarização do trabalho e a insegurança constante geram um estado de angústia generalizada, que é explorado para manter a ordem social. As comunidades mais vulnerabilizadas, como as ilhas de Porto Alegre e o Quilombo Areal da Baronesa, têm sofrido desproporcionalmente com a calculada negligência estatal e a falta de políticas públicas inclusivas. A demora na reconstrução e a ausência de planos preventivos expõem a desigualdade na gestão de desastres, perpetuando a vulnerabilidade dessas populações.

No entanto, as enchentes também despertaram formas de resistência que desafiam a lógica neoliberal. A organização de mutirões, as revoltas contra a falta de energia e a preservação da memória coletiva demonstram a potência do “comum” como forma de luta contra processos de individualização e aniquilamento. A valorização de saberes ancestrais e a construção de contrapoderes locais abrem caminho para a prática de uma outra cidade possível, onde a diferença e a vida coletiva possam fazer parte da política.

Em última análise, as enchentes de 2024 em Porto Alegre também nos alertam para os efeitos da cidade neoliberal em um mundo saturado pela exploração intensiva de todos os recursos, ambientais ou

subjettivos. A gestão da crise, marcada pela priorização do mercado em detrimento do bem-estar social, expõe a necessidade urgente de repensar o modelo de desenvolvimento urbano e, mais do que isso, dos modos de vivermos nesse mundo. A resistência, nesse contexto, se torna fundamental para a reinvenção dos nossos modos de co-habitar a cidade.

Referências

- Aguiar, C., & Reinholz, F. (2022). Quilombo Areal da Baronesa: conheça a história do berço do samba na capital gaúcha. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/30/quilombo-areal-da-baronesa-conheca-a-historia-do-berco-do-samba-na-capital-gaucha/>
- Barreto, M. M. (2024). Apagão no fornecimento de energia elétrica no RS coloca em xeque privatização da CEEE. *Extra Classe*. <https://www.extraclasse.org.br/ecnomia/2024/01/apagao-no-fornecimento-de-energia-eletrica-no-rs-coloca-em-xeque-privatizacao-da-ceede/#:~:text=A%20estatal%20de%20energia%20foi,clientes%20e%20atende%20381%20munic%C3%ADpios>
- Bifano, C. (2024). Peixes e lixo espalhados: uma nova Cidade Baixa ressurgue após recuo da água em Porto Alegre. *Correio do Povo*. <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/peixes->

- [e-lixo-espalhados-uma-nova-cidade-baixa-ressurge-ap%C3%B3s-recuo-da-%C3%A1gua-em-porto-alegre-1.1495117](https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/lixo-lodo-e-destruicao-porto-alegre-intensifica-mutiroes-de-limpeza-1.1495117)
- Brown, Wendy. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- Egídio, P. (2024). Concessão do Dmae será tema central na campanha eleitoral de Porto Alegre. *GZH*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2024/06/concessao-do-dmae-sera-tema-central-na-campanha-eleitoral-de-porto-alegre-clxz58p7m01ju015mntp61oej.html>
- Ely, L. (2024). Lixo, lodo e destruição: Porto Alegre intensifica mutirões de limpeza. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/brasil/lixo-lodo-e-destruicao-porto-alegre-retoma-mutiroes-de-limpeza>
- Fernandes, K. M., & Gasperin, S. T. (2024). Cidades e racismo ambiental: perspectivas da tragédia socioclimática no Rio Grande do Sul. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/20/cidades-e-racismo-ambiental-perspectivas-da-tragedia-socioclimatica-no-rio-grande-do-sul>
- Fiori, J. L. (1997). Estado de bem-estar social: padrões e crises. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 7, p. 129-147.
- Fonseca, C. (2021). Derrubada do muro da Mauá sugerida por Melo esbarra na ausência de projetos alternativos. *GZH*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/01/derrubada-do-muro-da-maua-sugerida-por-melo-esbarra-na-ausencia-de-projetos-alternativos-ckjufgkp80077019wxuuperco.html>
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gelani, F. (2024). Eduardo Leite é criticado por alegar 'impacto' do 'grande volume de doações' no comércio do RS. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/brasil/sos-rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/15/eduardo-leite-e-criticado-por-alegar-impacto-do-grande-volume-de-doacoes-no-comercio-do-rs-video.ghhtml>
- Girardi, Y. (2024). Quatro meses após enchente, insegurança e incerteza preocupam moradores das Ilhas; veja os planos de candidatos à prefeitura para a região. *Zero Hora*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2024/09/quatro-meses-apos-enchente-inseguranca-e-incerteza-preocupam-moradores-das-ilhas-veja-os-planos-de-candidatos-a-prefeitura-para-a-regiao-cmlawccg100b5015v1uo1dnp4.html>
- Krenak, A. (2021). Nós somos o obstáculo à metástase do capitalismo. *Cebes*. <https://cebes.org.br/krenak-nos-somos-o-obstaculo-a-metastase-do-capitalismo/26008/>

- Montenegro, D. P., & Guareschi, N. M. de F. (2024). Estratégias necrofarmacológicas: Tratamiento precoz y manejo mortal de la vida en la pandemia de Covid-19 en Brasil. *Estudios Avanzados*, 41, 127-149. DOI: <https://doi.org/10.35588/1hjkf229>
- Montenegro, D. P., Guareschi, N. M. F. & Reis, C. (2025). Compelle Intrare: neoliberalismo e conservadorismo na remanicomialização através das drogas. *O Social em Questão*. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.68962>
- Nascimento, A. (1980). *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes.
- Neto, A. (2022). Em Porto Alegre, 86% dos postos de saúde não são mais geridos pela prefeitura. *GZH*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/06/em-porto-alegre-86-dos-postos-de-saude-nao-sao-mais-geridos-pela-prefeitura-cl4wqnx5l00020167mp9dk4ta.htm>
- Neves, E. (2024). Eduardo Leite mudou quase 500 normas do Código Ambiental do RS. *Veja*. <https://veja.abril.com.br/agenda-verde/eduardo-leite-alterou-mais-de-500-pontos-do-codigo-ambiental-do-rs-em-2019>
- Pereira, F. (2024). Porto Alegre não investiu um centavo em prevenção contra enchentes em 2023. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/cotidianos/ultimas-noticias/2024/05/07/porto-alegre-nao-investiu-um-centavo-em-prevencao-contras-enchentes-em-2023.htm?cmpid=copiaecola>
- Possamai, V. (2024). VÍDEO: moradores da Cidade Baixa ateiam fogo a móvel durante protesto por falta de luz. *Zero Hora*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/05/video-moradores-da-cidade-baixa-ateiam-fogo-a-movel-durante-protesto-por-falta-de-luz-clw5jyuqv007g01d6g914y1bw.htm>
- Redel, C. (2024). Depois de 35 anos, "Ilha das Flores" permanece atual, mas segue gerando controvérsia entre moradores do Arquipélago. *Zero Hora*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/cinema/noticia/2024/07/depois-de-35-anos-ilha-das-flores-permanece-atual-mas-segue-gerando-controversia-entremoradores-do-arquipelago-clyf4od3e00mc016l1amf3023d.htm>
- Rose, N., & Miller, P. (2012). *Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal*. São Paulo: Paulus.
- Silveira, L. C. F. (2023). The Consolidation of a Neoliberal Urban Imaginary: The Case of Porto Alegre. In *SciELO Preprints*. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6939>
- Vick, M. (2024). As responsabilidades dos governos diante da tragédia gaúcha. *Nexo*. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/05/07/responsabilidade-governos-tragedia-rio-grande-do-sul>

Winckler, J., & Medina, T. (2024). Porto Alegre à deriva: a enchente de 2024 e o fracasso da 'inteligência urbana' neoliberal. *Observatório das Metrópoles*.
<https://www.brasildefatores.com.br/2024/05/16/porto-alegre-a-deriva-a-enchente-de-2024-e-o-fracasso-da-inteligencia-urbana-neoliberal>

Zanchettin, L. (2024). Seis meses após enchente, quase 1,7 mil pessoas ainda vivem em centros humanitários e abrigos no RS. *Zero Hora*.
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2024/11/seis-meses-apos-enchente-quase-17-mil-pessoas-ainda-vivem-em-centros-humanitarios-e-abrigos-no-rs-cm37wwu7900ms01g4q92ufpte.html>

Dan Pinheiro Montenegro.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7218-8354>

Email: danpmonenegro@gmail.com

Neuza Maria de Fátima Guareschi.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5892-188X>

Email: nmguares@gmail.com

Luis Henrique Silva Souza. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5295-5226>

Email: luis.henri.que@hotmail.com

Oriana Holsbach Hadler. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9736-2224>

Email: orianahadler@gmail.com

Submetido em: 07/03/2025

Aceito em: 12/13/2025

Contribuição dos autores:

Concepção: D. P. M.; N. M. F. G.; L. H. S. S.; O. H. H.

Coleta: D. P. M.; N. M. F. G.; L. H. S. S.; O. H. H.

Redação do manuscrito: D. P. M.; N. M. F. G.; L. H. S. S.; O. H. H.

Análise dos dados: D. P. M.; N. M. F. G.; L. H. S. S.; O. H. H.

Revisão e edição: D. P. M.; N. M. F. G.; L. H. S. S.; O. H. H.

Financiamento:

Através de fomento da bolsa de doutorado fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
